



Estratégia
Carreira Jurídica

2º SIMULADO INÉDITO PARA

PGEPB



INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PGE-PB;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil das últimas bancas organizadoras de certames de Procuradorias;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-PGE-PB-30-11>

Cartão de Respostas							
1	21	41	61	81			
2	22	42	62	82			
3	23	43	63	83			
4	24	44	64	84			
5	25	45	65	85			
6	26	46	66	86			
7	27	47	67	87			
8	28	48	68	88			
9	29	49	69	89			
10	30	50	70	90			
11	31	51	71	91			
12	32	52	72	92			
13	33	53	73	93			
14	34	54	74	94			
15	35	55	75	95			
16	36	56	76	96			
17	37	57	77	97			
18	38	58	78	98			
19	39	59	79	99			
20	40	60	80	100			

PROVA OBJETIVA**DIREITO ADMINISTRATIVO**

01. É ato de improbidade administrativa que causa enriquecimento ilícito:

- a) celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei.
- b) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- c) descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
- d) facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades públicas.
- e) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

02. No caso de inexistência de disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de:

- a) 5 dias, podendo ser prorrogado por até o dobro.
- b) 10 dias, podendo ser prorrogado por até mais 10 dias.
- c) 15 dias, podendo ser prorrogado por até mais 15 dias.
- d) 5 dias, não podendo ser prorrogado.
- e) 10 dias, não podendo ser prorrogado.

03. De acordo com a Lei Federal nº 8.112/90, podem ser concedidas ao servidor público as seguintes licenças, exceto:

- a) Por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.
- b) Para atividade política.
- c) Prêmio por assiduidade.
- d) Para tratar de interesses particulares.
- e) Para desempenho de mandato classista.

04. Sobre o conceito de Administração Pública e de atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) As demandas em que sociedade de economia mista federal seja parte devem ser processadas e julgadas pela Justiça Federal.
- b) Os dirigentes das empresas públicas e das sociedades de economia mista são regidos pelos estatutos dessas empresas estatais, não se aplicando a eles, em regra, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).
- c) Decai em cinco anos o direito de a Administração Pública revogar os seus próprios atos quando deles decorrerem efeitos favoráveis a seus destinatários, salvo comprovada má-fé.
- d) A Administração Pública tem o dever de anular os atos ilegais, não sendo necessário, mesmo quando essa anulação puder repercutir na esfera de direitos do interessado, abrir prazo de defesa.
- e) Uma empresa estatal que explore atividade econômica não poderá ter os seus bens definidos por lei como impenhoráveis.

Simulado PGE-PB 30/11/19

05. O ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração Pública reconhece ao particular, que preencha os requisitos legais, o direito à prestação de um serviço público, denomina-se

- a) permissão.
- b) autorização.
- c) homologação.
- d) licença.
- e) admissão.

06. Segundo a Lei nº 8.112/90, o servidor em débito com o erário que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 60 dias para quitá-lo. A não quitação do débito nesse prazo implicará

- a) revogação da exoneração.
- b) inscrição do débito em dívida ativa.
- c) penhora administrativa de bens do servidor.
- d) abertura de processo administrativo disciplinar contra o servidor, visando à conversão da exoneração em demissão.
- e) anulação da exoneração.

07. Em relação aos atos administrativos, são feitas as afirmações abaixo.

I - Os atos de caráter normativo poderão ser delegados, de acordo com a conveniência do dirigente do órgão.

II - Os atos decisórios de órgãos colegiados deverão constar de ata ou termo escrito, sendo permitido efetuar sua reprodução mecânica, desde que não sejam prejudicados direitos dos interessados.

III - No caso de decisão sobre concursos públicos, tais atos poderão ser motivados, com indicação dos fatos e fundamentos jurídicos.

IV- Contra decisões administrativas cabe recurso, que deve ser dirigido inicialmente à autoridade prolatora do ato.

Estão corretas APENAS as afirmações:

- a) I e II.
- b) I e III.

- c) I e IV.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

08. Um órgão público instaurou, nos termos da Lei nº 8.666/1993, concorrência visando à realização de projetos de engenharia diversos, a fim de viabilizar a realização de obras em sua sede. Contudo, antes de celebrar o contrato administrativo com a vencedora, a Administração Pública verificou vício de legalidade insanável na licitação e, após assegurar aos interessados o contraditório e a ampla defesa, decidiu anular a licitação. O licitante vencedor pretende recorrer administrativamente contra tal decisão de anulação.

Sobre a situação descrita, assinale a alternativa correta:

- a) contra a decisão de anulação da licitação cabe apenas pedido de reconsideração, a ser encaminhado ao ministro de Estado competente, no prazo de 10 dias úteis a contar de sua intimação.
- b) contra a decisão de anulação da licitação cabe recurso hierárquico, no prazo de 5 dias úteis a contar de sua intimação.
- c) contra a decisão de anulação da licitação inexistente previsão legal de recurso administrativo, cabendo ao interessado buscar o Poder Judiciário para resguardar seu interesse.
- d) a decisão de anulação da licitação caracteriza-se como ato administrativo vinculado e, por tal razão, é irrecorrível.
- e) a decisão de anulação de licitação não é passível de recurso administrativo, mas pode ser objeto de representação no prazo de 10 dias úteis a contar de sua intimação.

Simulado PGE-PB 30/11/19

09. A modalidade licitatória prevista na Lei nº 8.666/1993 a ser observada na alienação de bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, é

- a) concorrência ou leilão
- b) concorrência ou tomada de preços
- c) concorrência ou pregão
- d) tomada de preços ou leilão
- e) tomada de preços ou pregão

10. I – No Brasil é adotado o sistema anglo-americano de unidade de jurisdição para o controle jurisdicional da Administração Pública.

II – Nos termos do artigo 5º, inciso II da Constituição Federal (“ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”), para a Administração Pública existe plena liberdade de ação, desde que não vedada em lei.

III – A distribuição de competências administrativas decisórias, internamente na mesma pessoa jurídica pública, mantendo-se a união hierárquica, denomina-se desconcentração.

IV – A atividade discricionária da Administração Pública caracteriza-se por um poder de escolha entre soluções diversas, todas igualmente válidas para o ordenamento. Este juízo de conveniência e oportunidade corresponde à noção de mérito administrativo.

V – Segundo a “teoria dos motivos determinantes”, os motivos apresentados pelo agente público para justificar o ato administrativo vinculam sua atividade e o condicionam à sua própria validade.

- a) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II, IV e V estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

11. A respeito da responsabilidade civil da Administração, a jurisprudência e a melhor doutrina pátria reconhecem, com amparo na atual

disciplina constitucional e legal da matéria, que o Brasil adota a teoria:

- a) subjetiva da culpa.
- b) do risco administrativo.
- c) do risco integral.
- d) da culpa administrativa.
- e) da culpa civil comum.

12. Considerando as competências e características do Tribunal de Contas da União, é INCORRETO afirmar que:

- a) não compete ao Tribunal de Contas da União, na qualidade de órgão técnico, a aplicação das sanções legais aos responsáveis por ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas.
- b) compete ao Congresso Nacional a escolha de dois terços dos Ministros do Tribunal de Contas da União.
- c) os Ministros do Tribunal de Contas da União têm as prerrogativas de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos.
- d) o Tribunal de Contas da União é integrado por 9 (nove) Ministros e possui jurisdição em todo o território nacional.
- e) o Tribunal de Contas da União é órgão de auxílio do Poder Legislativo.

13. Considerando os dispositivos constantes na Lei no 8.666/93, referentes às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, assinale a opção que apresenta uma afirmação INCORRETA.

- a) O rol de hipóteses de dispensa de licitação previsto no artigo 24 da Lei no 8.666/93 é taxativo.
- b) Nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, não há obrigatoriedade de celebração de contrato escrito.
- c) Nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor dos bens e o agente público responsável.
- d) As hipóteses de inexigibilidade de licitação devem ser justificadas nos respectivos processos

Simulado PGE-PB 30/11/19

administrativos, os quais deverão ser instruídos com a razão da escolha do fornecedor dos bens ou do executante dos serviços, bem como com a justificativa do preço contratado.

e) É inexigível a licitação sempre que houver inviabilidade de competição, mesmo que em situação distinta das hipóteses elencadas nos incisos do artigo 25 da Lei no 8.666/93.

14. A alteração de contratos administrativos com o poder público é um tema de interesse para o contratado e para a Administração Pública.

A esse respeito, afirma-se que

a) as atualizações financeiras dos valores contratuais poderão ser feitas por simples apostila, dispensando-se o termo aditivo.

b) a recomposição do equilíbrio econômico e financeiro será mensurada em contrato com terceirizados.

c) as alterações devem ser de comum acordo entre as partes.

d) as modificações do regime de execução dependem do contratado.

e) os prazos de início das etapas de execução, conclusão e entrega deverão ser publicados em Diário Oficial pela contratada.

15. Analise as afirmativas abaixo.

I - Pregão é modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços é feita em sessão pública, por meio de propostas escritas de preços e lances verbais.

II - O pregão pode ser utilizado para a contratação de obras e serviços de engenharia, desde que não ultrapasse o valor de R\$ 80.000,00.

III - A fase preparatória do pregão se inicia com a convocação dos interessados.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

a) I, somente.

b) II, somente.

c) I e II, somente.

d) I e III, somente.

e) II e III, somente.

16. Em se tratando de Controle da Administração Pública, é CORRETO afirmar-se que:

a) A Constituição da República garante o controle jurisdicional dos atos da Administração Pública por intermédio do Mandado de Segurança, mesmo que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

b) Cabe ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, exclusivamente aos Estados e ao Distrito Federal.

c) O princípio da legalidade garante que a Administração Pública submeta-se ao ordenamento jurídico e que o controle dessa adequação poderá ser exercido por ela própria sem prejuízo do controle exercido pelo Poder Judiciário.

d) O controle parlamentar exercido pelo Poder Legislativo sobre a Administração Pública não deve limitar-se às hipóteses previstas na Constituição da República.

e) O auditor, quando em substituição a Ministro, terá somente as mesmas garantias do titular.

DIREITO CONSTITUCIONAL

17. Acerca da organização e competência do Poder Judiciário e das Funções Essenciais à Justiça, assinale a opção correta.

a) Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar originariamente a ação popular contra ato do Presidente da República.

b) Compete ao Tribunal de Justiça do Estado processar e julgar mandado de segurança em matéria trabalhista contra ato do Governador.

c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar a abusividade no exercício do direito de greve praticado por servidores públicos celetistas.

d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no país.

Simulado PGE-PB 30/11/19

e) Compete à Justiça Federal processar e julgar o litígio entre a União e o Estado da Paraíba, uma vez que não há, na hipótese, conflito federativo a atrair a competência do Supremo Tribunal Federal.

18. A respeito do Poder Legislativo e da autonomia estadual, assinale a opção correta, nos termos definidos pela Constituição Federal e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

a) Compete ao Congresso Nacional processar e julgar o advogado-geral da União por crime de responsabilidade.

b) A Constituição Federal proíbe a edição de medidas provisórias estaduais.

c) A comissão parlamentar de inquérito (CPI) tem a prerrogativa para convocar Ministros de Estado a prestarem esclarecimentos, mas não podem promover a quebra de sigilo bancário de investigado.

d) Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, conceder anistia. Terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tortura e os crimes hediondos definidos por lei não admitem anistia.

e) Nas últimas eleições, o Estado do Ceará elegeu 22 deputados federais. A quantidade de deputados estaduais é definida a partir da quantidade de deputados federais eleitos, de forma que o número de deputados estaduais do Ceará corresponde ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.

19. Quanto ao processo legislativo, assinale a opção correta.

a) Compete privativamente ao Presidente da República sancionar, promulgar e encaminhar as leis à publicação. Caso deixe ultrapassar o prazo de quinze dias úteis e não se manifeste expressamente a respeito do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, seu silêncio implicará em sanção. Na situação, a próxima etapa será a promulgação da lei, que será feita pelo Presidente do Senado, na hipótese de o Presidente da República deixar transcorrer o prazo de 48 horas sem agir.

b) É da iniciativa privativa do Presidente da República a proposição de projeto de lei que disponha sobre matéria tributária.

C) Não se admite a votação de projeto de lei e de propostas de emenda à Constituição em comissão. Tais proposições somente poderão ser votadas no Plenário.

D) O instituto da iniciativa popular consagrado no artigo 14 da Constituição Federal só tem aplicação no processo legislativo federal e guardadas as exigências contidas no artigo 61, parágrafo 2º, da Lei Maior.

E) Compete ao Congresso Nacional, por Decreto Legislativo, autorizar que o Presidente da República edite lei delegada.

20. Acerca da ordem econômica, assinale a opção correta.

a) São princípios da ordem econômica, dentre outros, a propriedade privada, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

b) A Constituição Federal assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que mediante autorização do Poder Público.

c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, porque pertencentes da Administração Pública Indireta, usufruem de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

d) A atividade de garimpagem, ainda que em cooperativas, será reprimida pelo Estado, por meio da aplicação de penalidades, por ofensa ao meio ambiente.

e) Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural, mas a refinação do petróleo pode ser autorizada sob regime de permissão.

Simulado PGE-PB 30/11/19

21. A Emenda Constitucional 103/2019 fez profundas reformas no regime de previdência dos servidores públicos. A respeito desse assunto, considerando o disposto no texto constitucional, indique a única alternativa INCORRETA:

a) O regime próprio de previdência social dos servidores será custeado não apenas por contribuição do respectivo ente federativo e de servidores ativos, mas também por contribuição de aposentados e de pensionistas, uma vez que seu caráter é solidário.

b) Se o servidor público efetivo for acometido de incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, será aposentado. Nessa hipótese, será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.

c) O servidor público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tomar posse após a promulgação da Emenda Constitucional 103/2019 será aposentado aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

d) No regime próprio de previdência aplicável aos servidores públicos, os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo e nem superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social.

e) A Constituição Federal veda a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, exceto servidores com deficiência, os ocupantes de cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial, os servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde e os ocupantes do cargo de professor.

22. No que se refere ao controle de constitucionalidade relativo à Constituição Federal, assinale a opção correta.

a) Declarada a inconstitucionalidade de lei, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, os efeitos da decisão produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, bem como à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

b) Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto os Tribunais de Justiça dos Estados têm competência para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual em face da Constituição Federal. Caso a ação seja intentada perante o Tribunal de Justiça, da decisão caberá recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar na petição inicial que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal ou estadual.

d) Por força do princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental só será admitida se não couber, na hipótese, ação direta de inconstitucionalidade e nem ação declaratória de constitucionalidade.

e) Da decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), não cabe recurso, exceto embargos declaratórios. Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ADI, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.

Simulado PGE-PB 30/11/19

23. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

a) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.

b) Para que possam concorrer a outros cargos, os titulares de mandatos eletivos do Executivo e do Legislativo deverão renunciar aos seus cargos até seis meses antes do pleito. Assim, o governador é inelegível deputado, bem como o senador é inelegível Presidente da República, salvo se renunciarem aos seus respectivos cargos no prazo fixado pela Constituição Federal.

c) Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.

d) São brasileiros natos, em regra, os que nascem no Brasil, independentemente de os pais serem ou não brasileiros. Aqueles que nascem fora do Brasil, ainda que filhos de brasileiros, não obterão a nacionalidade primária dos pais, salvo se vierem residir no Brasil e optarem, a qualquer tempo, depois de adquirida a maioria, pela nacionalidade brasileira.

e) O sindicato é legitimado a fazer a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, nas questões judiciais e extrajudiciais, independentemente de autorização expressa do associado.

24. Com relação à organização dos poderes, à Luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da redação da Constituição Federal, assinale a opção INCORRETA.

a) Conquanto as comissões parlamentares de inquérito (CPI) possuam poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, a CPI municipal não tem a prerrogativa para quebrar diretamente o sigilo bancário de seus investigados, porque município não tem Poder Judiciário.

b) Uma legislatura corresponde a um período de quatro anos. As sessões legislativas no âmbito federal acontecem no período de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1.º de agosto a 22 de dezembro. Durante o recesso parlamentar, a contagem do

prazo de validade da medida provisória fica suspensa.

c) Deputados e senadores têm sistema diferente de eleição. Os deputados são eleitos em conformidade com o sistema proporcional; já os senadores pelo sistema majoritário. Assim, será eleito deputado o candidato mais votado nas urnas de seu respectivo Estado.

d) Conquanto a Constituição Federal fixe a competência originária do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar deputados federais e senadores por crime de responsabilidade, o foro por prerrogativa de função, segundo o STF, está limitado a crimes praticados no exercício do mandato e na qualidade de parlamentar.

e) em razão do sistema presidencialista de governo adotado no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo. Pelo fato de ser Chefe de Estado, possui imunidade formal que impede a sua prisão, salvo se em decorrência de sentença criminal condenatória.

25. No que se refere à organização do Estado, assinale a opção correta.

a) As terras devolutas, em regra, pertencem aos Estados, exceto as que são indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental.

b) A Constituição Federal não admite a intervenção de um ente federativo na autonomia de outro, salvo nas hipóteses descritas em seu próprio texto. A intervenção federal nos estados e no Distrito Federal, quando houver a violação à autonomia municipal, depende de provimento do Supremo Tribunal Federal de representação interventiva movida pelo Procurador-geral do Estado.

c) A competência dos municípios, diferente do que ocorre com estados e Distrito Federal, não está expressa Na Constituição Federal, razão pela qual tem sido classificada pela doutrina como residual. Assim, compete aos municípios o que não for competência da União e nem dos Estados.

Simulado PGE-PB 30/11/19

d) É competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito financeiro, direito econômico, direito urbanístico e direito agrário.

e) No âmbito da competência legislativa concorrente, compete aos estados e ao Distrito Federal o exercício da competência suplementar, de maneira a cumprir e ampliar as normas gerais fixadas pela União e acrescentar partes específicas, conforme a necessidade de cada um.

26. Acerca do Poder Judiciário e do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

b) É obrigatória a promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas na lista de merecimento.

c) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá negar seguimento a recurso extraordinário por falta de repercussão geral.

d) A chamada regra do quinto constitucional é aplicada aos tribunais em geral, com exceção do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais eleitorais e do Superior Tribunal Militar.

e) Na promoção por antiguidade, o tribunal não tem meios de recusar a promoção do juiz mais antigo, salvo se estiver retardando injustificadamente os autos.

27. Com relação ao poder constituinte e ao direito constitucional intertemporal, assinale a opção correta.

a) O Poder Constituinte Derivado, como poder político e não jurídico, tem como características ser limitado, condicionado, secundário e dependente.

b) Lei infraconstitucional anterior à Constituição será por esta recepcionada quando guardar compatibilidade material com a nova Constituição.

A compatibilidade formal da lei com o novo texto constitucional é irrelevante.

c) O Poder Constituinte utilizado na criação da Constituição Estadual é espécie de poder originário, com aplicação apenas estadual.

d) Entende-se por mutação constitucional a mudança na redação da Constituição, para adequação de suas normas à realidade sociopolítica.

e) Uma emenda à Constituição Estadual requer a observância do quórum de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa, em dois turnos de votação, com interstício mínimo de dez dias.

28. Acerca das ações constitucionais, dos direitos e garantias fundamentais e da ordem social, assinale a alternativa correta.

a) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o direito à gratuidade da tarifa de transporte público dos idosos maiores de 65 anos é norma constitucional de eficácia limitada, de modo que sua aplicabilidade só se deu após a entrada em vigor do estatuto do idoso.

b) A utilização de lugares abertos ao público para o exercício do direito de reunião está condicionada aos seguintes requisitos: fim pacífico; ausência de armas; prévia autorização do Poder Público e não frustração de outra reunião previamente agenda para o mesmo dia, lugar e horário.

c) Cabe habeas corpus para impedir a quebra de sigilo de dados em processo judicial criminal.

d) O habeas corpus é medida idônea para fazer cessar, no processo por crime de responsabilidade contra o Presidente da República, ofensa ao devido processo legal.

e) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, o Cerrado, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional.

Simulado PGE-PB 30/11/19

29. Acerca do conceito e da classificação das constituições, assinale a opção correta.

a) A constituição, segundo a concepção política de Ferdinand Lassalle, corresponde a uma decisão política fundamental, de modo que é possível ter no Estado duas Constituições: uma real e efetiva e outra que é mera folha de papel.

b) Carl Schmitt idealizou o sentido político de Constituição, segundo o qual são normas constitucionais tudo o que estiver codificado numa lei organizadora do Estado, sem fazer qualquer distinção entre normas de cunho formal ou material.

c) A Atual Constituição brasileira, quanto à estabilidade, é classificada como semirrígida, em razão de conter cláusulas pétreas em seu texto, que não podem ser abolidas nem mesmo por emenda.

d) No Brasil, dada a supremacia formal da Constituição, a distinção entre normas materialmente constitucionais e normas formalmente constitucionais é irrelevante para fins de aferição da possibilidade de controle de constitucionalidade das normas infraconstitucionais.

e) Toda Constituição rígida é escrita, assim como toda constituição flexível é não escrita.

30. A respeito das Funções essenciais à Justiça, indique a alternativa INCORRETA.

a) Segundo posicionamento majoritário, o Ministério Público, por ser instituição permanente destinada a defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, não pode ser extinto nem mesmo por emenda à Constituição, de maneira que haveria uma limitação material implícita ao poder de reforma da Constituição quanto à matéria.

b) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública.

c) Os membros do Ministério Público, os Defensores Públicos e os membros da advocacia – geral da União devem ser remunerados por meio de subsídio.

d) A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representa a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.

e) Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio são garantias constitucionais de magistrados, membros do Ministério Público e defensores públicos. Servidores de carreira da advocacia pública não são vitalícios, mas apenas estáveis, após três anos de exercício.

LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA ESTADUAL

31. A respeito das garantias e prerrogativas dos Procuradores do Estado da Paraíba, previstas na LC 86/08, assinale a alternativa correta:

a) a irredutibilidade de subsídio é uma prerrogativa;

b) Ao Procurador do Estado será fornecida carteira de identidade funcional, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, para fins de uso no desempenho de suas atribuições, podendo requisitar das autoridades policiais, de trânsito, fiscais e sanitárias as providências que se fizerem necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

c) As garantias e prerrogativas dos Procuradores do Estado são inerentes ao exercício de suas funções e são renunciáveis.

d) É uma garantia dos Procuradores do Estado ser custodiado ou recolhido à prisão domiciliar ou à sala especial de Estado Maior, por ordem e à disposição do Tribunal competente, quando sujeito a prisão antes do julgamento final.

e) Gozar de inviolabilidade pelas opiniões que externar ou pelo teor de suas manifestações processuais ou em procedimentos é uma garantia dos Procuradores do Estado.

Simulado PGE-PB 30/11/19

32. A respeito das licenças previstas na LC 58/03, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Poderá ser concedido licença ao servidor por motivo de doença, comprovada por junta médica oficial, do cônjuge, do companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto, da madrasta, do enteado ou de dependente que viva às suas expensas devidamente indicado no registro funcional. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

b) Poderá ser concedido licença, remunerada e com contagem de tempo de serviço, para que o servidor acompanhe cônjuge ou companheiro durante exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

c) Ao servidor convocado para o serviço militar será concedido licença, na forma e condições previstas na legislação específica. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias não remunerados, para reassumir o exercício do cargo.

d) O servidor terá direito à licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

e) Como dispuser legislação específica, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, sem prejuízo da respectiva remuneração, para participar de curso de capacitação, treinamento, reciclagem e aperfeiçoamento.

33. No que tange ao Processo Administrativo Disciplinar previsto na Lei Complementar nº 58/03, assinale a alternativa correta:

a) A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público pode promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ampla defesa e o contraditório ao acusado.

b) As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, ainda que formuladas verbalmente, contendo a identificação e o endereço do denunciante.

c) A sindicância poderá resultar aplicação de penalidade de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias.

d) O prazo para conclusão da sindicância não excederá 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade que a determinou.

e) Como medida cautelar, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá, fundamentadamente, determinar o afastamento do servidor do exercício do cargo, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, sem prejuízo da remuneração, de forma improrrogável.

34. A respeito da Constituição do Estado da Paraíba, assinale a alternativa correta:

a) As serventias do foro judicial constituem serviço público sujeito à administração, controle e fiscalização do Poder Legislativo.

b) O Estado, o Município e a sociedade têm o dever de amparar as pessoas idosas, com política e programas que assegurem a sua participação na comunidade e defendam sua dignidade, saúde e bem-estar. O amparo aos idosos será, o quanto possível, exercido em instituições de acolhimento subsidiadas pelo Poder Público.

c) O Conselho Consultivo do Estado é o órgão superior de consulta e assessoria do Governador do Estado. Dentre outras incumbências, cabe a ele opinar sobre assuntos de defesa civil, de prevenção às calamidades públicas ou de ameaça à segurança da população, cabendo a decisão ao Governador.

d) O Estado promoverá a preservação e incentivará a autopreservação das comunidades indígenas, ciganas e remanescentes dos quilombos, assegurando-lhes o direito a sua cultura e à organização social.

DIREITO TRIBUTÁRIO

35. Sobre as características do tributo, julgue os itens a seguir.

i) A relação jurídica de direito tributário decorre imediatamente da lei, ou seja, é uma obrigação ex lege, e não uma obrigação ex contractus, criada por vontade livre e voluntária das partes.

ii) O CTN, ao afirmar que o tributo é cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada, impede a existência de discricionariedade na atividade dos agentes administrativos, exigindo que a forma, conteúdo, ou efeitos da atividade arrecadatória estejam estritamente em consonância com aquilo que prevê a legislação.

iii) Segundo o entendimento dominante, o fato de o tributo não ser sanção por ato ilícito impede a cobrança de IRPF sobre rendimentos auferidos de forma ilegal.

a) Todas as afirmativas estão corretas.

b) Nenhuma afirmativa está correta.

c) Apenas as afirmativas dos itens II e III estão corretas.

d) Apenas as afirmativas dos itens I e III estão corretas.

e) Apenas as afirmativas dos itens I e II estão corretas.

36. Em matéria tributária, pode uma lei ordinária dispor sobre

a) Conflitos de competência entre as entidades federativas

b) Concessão de isenções.

c) Regulamentação das hipóteses de imunidades tributárias.

d) Normas gerais sobre prescrição e decadência.

e) Instituição de empréstimos compulsórios.

Gabarito: B

Comentários: a) Incorreta, conforme artigo 146, inciso II, da CF.

b) Correta. Não há reserva de lei complementar nesse caso.

c) Incorreta, conforme artigo 146, inciso II, da CF

d) incorreta, conforme artigo 146, inciso III, da CF.

e) Incorreta, conforme artigo 148 da CF.

37. Sobre a classificação dos fatos geradores, assinale a alternativa correta:

a) O fato gerador é qualificado como instantâneo quando a sua realização se dá em um átimo de tempo, sendo configurado por um fato ou negócio jurídico singular que, a cada vez que ocorre, implica no nascimento de uma relação jurídica de direito tributário. É o caso do imposto de importação, que a cada nova operação realizada, faz surgir uma obrigação tributária.

b) Fato gerador periódico ou complexo é aquele que descreve uma conduta que revela um estado de permanência, como ser proprietário de imóvel urbano, no caso do IPTU, ou ser proprietário de veículo automotor, no caso do IPVA.

c) Fato gerador continuado é aquele cuja formação ocorre ao longo de um espaço de tempo. Ao final do período previsto em lei, valoriza-se todos os fatos isolados que, somados, tem a aptidão para fazer nascer a relação jurídica de direito tributário.

d) Todas as alternativas estão corretas.

e) Nenhuma das alternativas está correta.

38. Ricardo, que era domiciliado na Bahia, faleceu em 2018, deixando para suas herdeiras, Ana e Paula, domiciliadas no Rio Grande do Sul, dois imóveis, um localizado em Salvador e o outro localizado em São Paulo, além de dois veículos automotores. O inventário foi aberto um mês depois, e tramita na comarca de Salvador. Nesse caso, o ITCMD deve ser recolhido:

a) Unicamente para o Estado da Bahia.

b) Para os Estados de São Paulo e da Bahia, em partes iguais.

c) Para o Estado do Rio Grande do Sul.

d) Para os Estados da Bahia e de São Paulo, com relação a cada um dos imóveis localizados na respectiva unidade federativa, e para o Estado do Rio Grande do Sul, quanto aos veículos.

Simulado PGE-PB 30/11/19

e) Para o Estado de São Paulo, com relação ao bem imóvel localizado naquela entidade federativa, e para o Estado da Bahia, com relação aos demais bens indicados.

39. A empresa X informou ao fisco estadual que o total de ICMS devido pelos fatos geradores ocorridos em março de 2013 foi de R\$ 200.000,00. Em dezembro de 2018, no entanto, o fisco estadual verificou que a quantia devida era de R\$ 300.000,00, e não de R\$ 200.000,00 como havia sido declarado, razão pela qual notificou a pessoa jurídica do lançamento suplementar de R\$ 100.000,00. Houve a constatação de dolo na omissão. Diante desse quadro, é certo que:

- a) Não existe prazo prescricional quando a conduta é dolosa.
- b) Não existe prazo decadencial quando a conduta é dolosa.
- c) Ocorreu a prescrição da quantia de R\$ 100.000,00 cobrada pelo fisco.
- d) Ocorreu a decadência da quantia de R\$ 100.000,00 cobrada pelo fisco.
- e) Não ocorreu nem decadência da quantia de R\$ 100.000,00 cobrada pelo fisco, porque o lançamento foi efetuado dentro do prazo quinquenal previsto em lei.

40. Sobre isenções tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) As isenções objetivas são aquelas que levam em consideração as circunstâncias individuais do sujeito passivo.
- b) Salvo se aprovada pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo, é vedada a instituição de isenções condicionadas, que são aquelas cuja fruição depende da realização de alguma contrapartida por parte do sujeito passivo.
- c) As isenções abrangem apenas os tributos, não se estendendo às penalidades pecuniárias.
- d) A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
- e) As isenções abarcam os tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

41. Sobre as anistias, assinale a alternativa incorreta:

- a) A anistia pode abranger as infrações cometidas posteriormente à vigência da lei que a conceda, desde que haja previsão expressa em lei.
- b) A anistia pode ser concedida em caráter geral.
- c) A anistia não se aplica, salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.
- d) A anistia pode ser concedida apenas a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- e) A anistia pode ser concedida apenas às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.

42. Julgue os itens a seguir, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- i) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.
 - ii) É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.
 - iii) A denúncia espontânea resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação) acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da Administração Tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente.
- a) Todas as afirmativas estão corretas.
 - b) Nenhuma afirmativa está correta.
 - c) Apenas as afirmativas dos itens II e III estão corretas.
 - d) Apenas as afirmativas dos itens I e III estão corretas.
 - e) Apenas as afirmativas dos itens I e II estão corretas.

Simulado PGE-PB 30/11/19**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL**

43. Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa incorreta.

- a) O rol das garantias atribuídas ao crédito tributário pelo Código Tributário Nacional é exemplificativo, podendo ser ampliado por lei ordinária.
- b) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar a dívida, o juiz determinará, ainda que tenham sido encontrados bens penhoráveis, a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.
- c) São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
- d) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- e) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa

44. Assinale a alternativa incorreta:

- a) São hipóteses de suspensão do crédito tributário, dentre outras, a moratória e o parcelamento.
- b) São hipóteses de exclusão do crédito tributário a isenção, a anistia e a remissão.
- c) São hipóteses de extinção do crédito tributário, dentre outras, a prescrição e a decadência.
- d) O depósito judicial suspende o crédito tributário, desde que realizado em seu montante integral.
- e) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário autoriza a emissão de certidão positiva com efeitos de negativa.

45. Ricardo tem sua única residência e domicílio no Município de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Em meados do ano de 2019 importou, por conta própria, como pessoa física, um veículo automotor de procedência italiana, para seu uso particular. Ocorre que Ricardo foi surpreendido com uma notificação de lançamento do ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços, cobrado pelo Estado da Paraíba, por ocasião do desembarço aduaneiro desse veículo, que está sendo realizado no território do próprio Estado da Paraíba. Sobre a hipótese, é correto afirmar que a exigência do ICMS por ocasião do desembarço aduaneiro em importação realizada por pessoa física:

- a) Não encontra fundamento legal na Lei Estadual Paraibana nº 6.379/96.
- b) Encontra fundamento legal na Lei Estadual Paraibana nº 6.379/96, porém, é considerada inconstitucional, segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.
- c) Encontra fundamento legal na Lei Estadual Paraibana nº 6.379/96 e é considerada constitucional, segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.
- d) É ilegal, tendo em vista que não contribuintes do imposto, pessoas físicas, não praticam fato gerador do ICMS.
- e) Não pode implicar na retenção do veículo até o pagamento do ICMS que é devido, pois isso configura sanção política, forma indireta ilícita de cobrança de tributo, rechaçada pela Jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

46. João e Maria, que são casados sob o regime de comunhão universal de bens, decidiram se divorciar. O patrimônio comum do casal totaliza R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e é constituído de 2 (dois) imóveis, sendo 1 (um) apartamento no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e 1 (uma) casa no Município de Salvador, no Estado da Bahia, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Por ocasião da Lavratura da Escritura Pública de Divórcio Extrajudicial, realizada junto a Tabelião localizado no Município de Salvador, eles dividiram

Simulado PGE-PB 30/11/19

o patrimônio comum do casal, se forma consensual e gratuita, da seguinte forma: a propriedade do apartamento foi atribuída à Maria e a propriedade da casa foi atribuída à João. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) Incidirá o ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, devido ao Município de Salvador.
- b) Incidirá o ITCMD – Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações, devido ao Estado da Bahia.
- c) Incidirá o ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, devido ao Município de João Pessoa.
- d) Incidirá o ITCMD – Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações, devido ao Estado da Paraíba.
- e) Não incidirá qualquer imposto, pois a partilha de patrimônio comum nunca é fato de gerador de tributo.

47. De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 11.007/17, que disciplina o IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores no Estado da Paraíba, é correto afirmar que as alíquotas desse imposto:

- a) Para os veículos importados é superior àquela prevista para os veículos nacionais.
- b) São progressivas.
- c) São seletivas.
- d) Obedecem o patamar mínimo já estabelecido pelo Senado Federal, conforme exigido na Constituição Federal.
- e) Obedecem o patamar máximo já estabelecido pelo Senado Federal, conforme exigido na Constituição Federal.

48. Relativamente ao processo ou procedimento de Consulta Fiscal previsto na Lei Estadual nº 10.094, de 27 de setembro de 2013, do Estado da Paraíba, é correto afirmar que:

- a) No caso de pessoa jurídica, a consulta deverá ser formulada pelo estabelecimento interessado, seja matriz ou filial.
- b) Como decorrência do Princípio da Economia Processual, é permitida a apresentação de consulta

formulada por mais de um sujeito passivo em um único processo, desde que sejam partes interessadas no mesmo fato, envolvendo a mesma matéria, fundada em idêntica norma jurídica.

c) Enquanto pendente a solução da consulta, o sujeito passivo poderá ser submetido a procedimento fiscal relativo à matéria consultada.

d) A consulta suspende o prazo para recolhimento de tributos já declarados, antes ou depois de sua apresentação.

e) A apresentação de consulta

sobre a incidência de tributo suspende o curso do prazo legal para pagamento, recomeçando a correr com a ciência da decisão definitiva, computado o tempo anterior à suspensão

DIREITO CIVIL

49. A respeito dos direitos da personalidade, assinale a alternativa que não representa o entendimento jurisprudencial:

a) O exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral.

b) Prescreve em 10 anos a pretensão de reconhecimento de ofensa a direito da personalidade.

c) A ampla liberdade de informação, opinião e crítica jornalística reconhecida constitucionalmente à imprensa não é um direito absoluto, encontrando limitações, tais como a preservação dos direitos da personalidade.

d) No tocante às pessoas públicas, apesar de o grau de resguardo e de tutela da imagem não ter a mesma extensão daquela conferida aos particulares, já que comprometidos com a publicidade, restará configurado o abuso do direito de uso da imagem quando se constatar a vulneração da intimidade ou da vida privada.

e) A divulgação de fotografia em periódico (impresso ou digital) para ilustrar matéria acerca de manifestação popular de cunho político-ideológico ocorrida em local público não tem intuito econômico ou comercial, mas tão-somente informativo, ainda que se trate de sociedade empresária.

Simulado PGE-PB 30/11/19

50. Sobre os negócios jurídicos, é correto afirmar:

- a) A eficácia do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, e forma prescrita ou não defesa em lei.
- b) É possível que a incapacidade relativa de uma das partes seja invocada pela outra em benefício próprio, aproveitando também aos co-interessados capazes.
- c) A escritura pública será sempre essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- d) A manifestação de vontade não subsistirá se o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou.
- e) As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

51. São causas que impedem ou suspendem a prescrição, exceto:

- a) pendendo condição suspensiva.
- b) contra os absolutamente incapazes.
- c) contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.
- d) contra qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- e) pendendo ação de evicção.

52. De acordo com a legislação civil, podem ser admitidos como testemunhas:

- a) o interessado no litígio, o amigo íntimo ou o inimigo capital das partes.
- b) os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o terceiro grau de alguma das partes, por consanguinidade.
- c) os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o terceiro grau de alguma das partes, por afinidade.

d) a pessoa com deficiência.

e) os menores de dezesseis anos.

53. Assinale a alternativa correta no que se refere ao direito das obrigações:

- a) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou, não podendo ele obrigar o devedor a pagar parte em uma prestação e parte em outra.
- b) A obrigação indivisível não perde essa qualidade se resolver em perdas e danos.
- c) Na obrigação indivisível, se um dos credores remitir a dívida, a obrigação não ficará extinta para com os outros; mas estes só a poderão exigir, descontada a quota do credor remitente, ainda que em caso de transação, novação, compensação ou confusão.
- d) A obrigação solidária perde essa qualidade se resolver em perdas e danos.
- e) Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional, estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, poderá agravar a posição dos outros sem consentimento destes.

54. Assinale a alternativa que contraria o entendimento jurisprudencial acerca da responsabilidade civil.

- a) A ausência de registro da transferência implica a responsabilidade do antigo proprietário por dano resultante de acidente que envolva o veículo alienado.
- b) Em caso de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso.
- c) Nas indenizações por ato ilícito, os juros compostos somente são devidos por aquele que praticou o crime.
- d) A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento.
- e) São civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação.

Simulado PGE-PB 30/11/19

55. João vivia há 12 anos em imóvel urbano de 200 m², o qual não possui registro imobiliário, tendo lá construído sua moradia e estabelecido um pequeno comércio de venda de frutas e verduras. A administração pública, em consulta ao cartório de registro de imobiliário, verificou o fato e ajuizou ação alegando que o imóvel em que João residia era considerado terra devoluta, em razão da inexistência de registro. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) João não preenche os requisitos para a aquisição da propriedade pela usucapião, sendo o imóvel de titularidade do Estado.
- b) João adquirirá a propriedade através da usucapião ordinária, e a inexistência de registro imobiliário não induz presunção de que o imóvel seja público, cabendo ao Estado provar a titularidade do terreno.
- c) João preenche os requisitos para a aquisição da propriedade pela usucapião extraordinária comum, mas a inexistência de registro imobiliário induz presunção de que o imóvel seja público, constituindo terra devoluta.
- d) João preenche os requisitos para a aquisição da propriedade pela usucapião extraordinária com função social, e a inexistência de registro imobiliário não induz presunção de que o imóvel seja público, cabendo ao Estado provar a titularidade do terreno.
- e) João preenche os requisitos para a aquisição da propriedade pela usucapião extraordinária com função social, mas a inexistência de registro imobiliário induz presunção de que o imóvel seja público, constituindo terra devoluta.

56. Com relação à sucessão, marque a alternativa correta:

- a) A sucessão abre-se no lugar do domicílio dos herdeiros.
- b) Na sucessão testamentária, as pessoas jurídicas não poderão ser chamadas a suceder.
- c) Não se pode aceitar ou renunciar a herança em parte, sob condição ou a termo.
- d) Aceita a herança, torna-se definitiva a sua transmissão ao herdeiro, desde a aceitação.

e) São revogáveis, a qualquer tempo, os atos de aceitação ou de renúncia da herança.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Com base no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), responda às seguintes perguntas.

57. Assinale a alternativa correta:

- a) Os juízes e tribunais terão de, inexoravelmente, atender à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou decisão.
- b) Segundo doutrina majoritária, na jurisdição voluntária não há lide: trata-se de uma forma de administração pública participar de interesses privados.
- c) A imparcialidade é a característica da jurisdição, impedindo o julgador de determinar, de ofício, a produção de prova em juízo.
- d) É possível associar, em regra, as tutelas condenatórias, constitutivas e declaratórias, respectivamente, com a prescrição, a decadência e a imprescritibilidade.
- e) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência relativa.

58. Assinale a alternativa correta:

- a) Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, serão aplicadas supletiva e subsidiariamente as normas do novo CPC e a equidade.
- b) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- c) Tramitando no juízo da Comarca de Toledo ação de falência da sociedade X, a intervenção da União como interessada no feito implicará na remessa dos autos à Justiça Federal. O juízo federal restituirá os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo.

Simulado PGE-PB 30/11/19

d) Se o imóvel se achar situado em mais de um Estado, comarca, seção ou subseção judiciária, a competência territorial será do juízo naquele em que houve a citação em primeiro lugar.

e) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob os regimes de separação absoluta de bens e participação final nos aquestos. A recusa sem justo motivo por parte do cônjuge pode ser suprida pelo juiz.

59. Assinale a alternativa correta.

a) Nas causas de grande valor, o STJ permite que o juiz considere o valor “inestimável” para arbitrar os honorários advocatícios, nos termos do art. 85, §8º, CPC.

b) Considera-se litigante de má-fé aquele que interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório, sendo imposta que multa deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa.

c) Contra a decisão que deferir a gratuidade, a parte contrária pode interpor agravo de instrumento.

d) Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este não poderá discutir o conteúdo da decisão em processo posterior, já que sofre os efeitos da coisa julgada assim como os demais sujeitos do processo.

d) Há impedimento para o juiz atuar em processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.

60. Marque a alternativa correta:

a) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Nesses casos, o juiz controlará a validade das convenções, nunca de ofício, recusando-lhes aplicação somente nos casos de

nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.

b) Nos condomínios edifícios ou nos loteamentos com controle de acesso, não será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência.

c) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

d) O juiz pode determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, salvo nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.

e) O prazo impróprio para o juiz proferir despacho é, em regra, de 5 dias; decisão interlocutória, 10 dias, e sentenças, prazo de 30 dias.

61. Assinale a alternativa incorreta.

a) O litisconsórcio é necessário apenas quando houver disposição de lei o prevendo.

b) Se houver litisconsórcio necessário unitário passivo, a falta de citação de qualquer dos réus torna a sentença de mérito nula. Já se houver litisconsórcio necessário simples, a sentença é válida e eficaz em relação àquele que participou do feito, mas ineficaz em relação àquele que não foi citado.

c) Os membros do Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública serão civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

d) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão, sendo requisitos de admissibilidade da cumulação que os pedidos sejam compatíveis entre si; seja competente para conhecer deles o mesmo juízo; seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento.

e) Se o réu alegar qualquer das matérias do art. 337, CPC, bem como fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor, este será ouvido no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe o juiz a produção de prova.

Simulado PGE-PB 30/11/19

62. Assinale a alternativa correta.

- a) Se um juiz declina da competência para outro magistrado, este, se não acolher a competência declinada, deverá devolver os autos ao juiz declinante.
- b) Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou na capital do respectivo ente federado.
- c) O Município será representado em juízo, ativa e passivamente, sempre por seu procurador.
- d) Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará o percentual mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos.
- e) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

63. A resposta incorreta, conforme enunciados das Jornadas do Conselho da Justiça Federal, é:

- a) O art. 356 do CPC pode ser aplicado nos julgamentos dos tribunais.
- b) É admissível a concessão de tutela da evidência fundada em tese firmada em incidente de assunção de competência.
- c) Se o recurso do qual se originou a decisão embargada comportou a aplicação da técnica do art. 942 do CPC, os declaratórios eventualmente opostos serão julgados com a composição ampliada.
- d) A reiteração pelo exequente ou executado de matérias já preclusas pode ensejar a aplicação de multa por conduta contrária à boa-fé.
- e) É impossível a conversão de Incidente de Assunção de Competência em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, se demonstrada a efetiva repetição de processos em que se discute a mesma questão de direito, pois os institutos têm peculiaridades e naturezas próprias.

64. Marque a alternativa incorreta:

- a) Haverá remessa necessária quando o Município que constitua capital dos Estados for condenado em quantia superior a 100 salários-mínimos.
- b) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.
- c) Quando alegar sua ilegitimidade, réu não mais fará a nomeação à autoria, mas indicará o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.
- d) São títulos executivos extrajudiciais o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas.
- e) A expropriação consiste em adjudicação; alienação; apropriação de frutos e rendimentos de empresa ou de estabelecimentos e de outros bens.

65. A resposta incorreta, conforme o NCPC e jurisprudência dos Tribunais Superiores, é:

- a) Quando o executado não possuir bens penhoráveis, o juiz suspenderá a execução pelo prazo de 1 (um) ano. Decorrido o prazo sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente, que terá o prazo igual à da prescrição da ação de conhecimento.
- b) Se o advogado deu entrada no recurso, no último dia do prazo, no setor da contadoria do Tribunal em vez de ser no protocolo, ainda assim o recurso terá que ser considerado tempestivo.
- c) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica

Simulado PGE-PB 30/11/19

d) Publicado o acórdão paradigma dos recursos especiais ou extraordinários repetitivos, a parte poderá desistir da ação em curso no primeiro grau de jurisdição, antes de proferida a sentença, se a questão nela discutida for idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia. Tal desistência não precisa da anuência da parte contrária.

e) O agravante requererá, no prazo de 3 dias, a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso. Se descumprir tal exigência, o juiz, de ofício, considerará o agravo inadmissível.

66. Assinale a alternativa incorreta

a) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

b) Na ausência de auxiliares da justiça, o juiz poderá realizar a audiência inaugural do art. 334 do CPC, especialmente se a hipótese for de conciliação.

c) Não ocorre a estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, quando deferida em ação rescisória.

d) A coisa julgada material afasta a possibilidade de discussão sobre a invalidade de atos praticados em processos por ela alcançados.

e) Reconhecida a necessidade de produção de prova, o relator expedirá carta de ordem para que o juízo de 1º grau, por exemplo, ouça testemunhas, não podendo essa oitiva se realizar no Tribunal.

67. Considerando a sistemática de precedentes e o NCPC, a resposta incorreta é:

a) O art. 927, CPC prevê os seguintes precedentes obrigatórios: decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; os enunciados de súmula vinculante; os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior

Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

b) O Código busca a segurança jurídica e a isonomia, reforçando o sistema de precedentes e estabelecendo como regra, no plano vertical, a observância dos precedentes e, no plano horizontal, a estabilidade, a integridade e a coerência da jurisprudência.

c) É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente: efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

d) Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

e) O princípio da reserva de plenário se aplica no âmbito dos juizados de pequenas causas e dos juizados especiais em geral.

68. A resposta correta, conforme o NCPC e jurisprudência dos Tribunais Superiores, é:

a) Se o juiz constatar fato modificativo novo, que surja após a propositura de uma ação, influenciando diretamente o julgamento do mérito, poderá reconhecer de ofício, sem ouvir as partes anteriormente.

b) o exequente poderá optar pelo juízo do atual domicílio do executado, pelo juízo do local onde se encontrem os bens sujeitos à execução ou pelo juízo do local onde deva ser executada a obrigação de fazer ou de não fazer, casos em que a remessa dos autos do processo será solicitada ao juízo de origem.

c) A utilização do sistema RENAJUD com o propósito de identificar a existência de veículos penhoráveis em nome do executado pressupõe a comprovação do insucesso do exequente na obtenção dessas informações mediante consulta ao DETRAN.

Simulado PGE-PB 30/11/19

d) Impõe-se ao advogado e ao defensor público o ônus de intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

e) Nos processos sobrestados por força do regime repetitivo, não é possível a prolação de decisão, inclusive tutela de urgência.

69. Segundo o NCPC e a jurisprudência, é correto afirmar:

a) Recaindo mais de uma penhora sobre o mesmo bem, a ordem de preferência se estabelecerá pelo critério da anterioridade das penhoras.

b) O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado para, em 15 (quinze) dias, satisfazer a obrigação.

c) Após a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes, somente terá a inscrição cancelada após efetuado o pagamento.

d) Se a decisão que julga procedente, na primeira fase, a ação de exigir contas, será uma sentença, contra a qual cabe apelação.

e) Não é agravável o pronunciamento judicial que postergar a análise de pedido de tutela provisória ou condicioná-la a qualquer exigência.

70. Assinale a assertiva de acordo com os diplomas normativos da Tutela Coletiva:

a) Na ação de improbidade, é possível a transação, acordo ou conciliação.

b) Não tem legitimidade para propor ação civil pública a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.

c) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, o processo é extinto sem resolução do mérito.

d) Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo podem ser difusos, coletivos e individuais homogêneos.

e) Segundo a Lei de ação popular, são nulos os atos lesivos ao patrimônio de certas entidades, nos casos de incompetência; vício de forma;

ilegalidade do objeto; inexistência dos motivos; desvio de finalidade.

Gabarito: E

Comentários: Letra E está correta. Art. 2º. São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de: a) incompetência; b) vício de forma; c) ilegalidade do objeto; d) inexistência dos motivos; e) desvio de finalidade.

Letra A incorreta. art. 17, §1º, LIA.

Letra B incorreta. Art. 5º, IV, LACP.

Letra C incorreta. Art. 15. Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

Letra D incorreta. art. 21, parágrafo único, LMS.

DIREITO EMPRESARIAL

71. Quanto à sociedade simples, assinale a alternativa **correta**:

a) As obrigações dos sócios começam 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.

b) O sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, responde pela evicção; e pela solvência do devedor, aquele que transferir crédito.

c) É válida a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.

d) Até 3 (três) anos depois de averbada a modificação do contrato social, responde o cedente das quotas solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.

e) O sócio pode ser substituído no exercício das suas funções, independentemente do consentimento dos demais sócios.

Simulado PGE-PB 30/11/19

72. Em relação à dissolução total da sociedade, assinale a alternativa **correta**:

- a) Dissolve-se a sociedade quando ocorrer o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado;
- b) Dissolve-se a sociedade quando ocorrer o consenso de 2/3 (dois terços) dos sócios.
- c) Dissolve-se a sociedade quando ocorrer a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo determinado.
- d) Dissolve-se a sociedade quando ocorrer a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e cinquenta dias.
- e) O contrato social não pode prever outras causas de dissolução que não estejam previstas, expressamente, na lei.

73. Assinale a alternativa correta a respeito da sociedade em comandita simples:

- a) O contrato social não necessita discriminar os sócios comanditados e os comanditários.
- b) Aplicam-se à sociedade em comandita simples as normas da sociedade simples, no que forem compatíveis.
- c) O sócio comanditário pode praticar qualquer ato de gestão, sem reflexo em suas responsabilidades, visto que possui faculdade de participar das deliberações da sociedade e de lhe fiscalizar as operações.
- d) No caso de morte de sócio comanditado, a sociedade, salvo disposição do contrato, continuará com os seus sucessores, que designarão quem os represente.
- e) Na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.

74. Quanto ao nome empresarial, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Considera-se nome empresarial a firma ou a denominação adotada.
- b) Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura.
- c) A sociedade em conta de participação não pode ter firma ou denominação.
- d) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob denominação, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão "e companhia" ou sua abreviatura.
- e) Equipara-se ao nome empresarial, para os efeitos da proteção da lei, a denominação das sociedades simples, associações e fundações.

75. A respeito da recuperação judicial e falência, assinale a alternativa correta:

- a) A Lei nº 11.101/05 aplica-se à sociedade de economia mista, mas não à empresa pública.
- b) O administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.
- c) O deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive das execuções fiscais.
- d) É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o Juízo da sede da sociedade empresária identificado no contrato social.
- e) Após a juntada aos autos do plano de recuperação judicial aprovado pela assembleia-geral de credores, o empresário-devedor apresentará certidões negativas de débitos tributários, sob pena de não homologação do plano.

Simulado PGE-PB 30/11/19

76. No que tange à reorganização societária, assinale a alternativa correta:

- a) O ato de transformação depende de dissolução da sociedade, e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se.
- b) Independentemente de previsão no contrato social, a transformação depende do consentimento da maioria absoluta dos sócios.
- c) Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos.
- d) A fusão não implica extinção das sociedades que se unem.
- e) Até 30 (trinta) dias após publicados os atos relativos à incorporação, fusão ou cisão, o credor anterior, por ela prejudicado, poderá promover judicialmente a anulação deles.

DIREITO DO TRABALHO

77. Considerando os preceitos contidos na Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei federal 8.213/1991, é correto afirmar que constituem hipóteses de suspensão do contrato de trabalho:

- a) as faltas que implicaram desconto no salário do obreiro.
- b) os primeiros quinze dias do afastamento previdenciário por motivo de doença ou acidente.
- c) a aposentadoria voluntária.
- d) prisão decorrente de sentença condenatória definitiva, na qual não houve a suspensão da execução da pena.
- e) o lockout.

78. De acordo com a legislação trabalhista e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), é INCORRETO afirmar que possui estabilidade provisória no emprego:

- a) Bruna, que obteve a guarda provisória de uma criança para fins de adoção.
- b) Josenval, designado pelo empregador para cargo de direção da comissão interna de prevenção

de acidentes (CIPA), encontrando-se no quinto mês de sua gestão.

- c) Alicia, empregada da empresa XPTO Ltda., gestante.
- d) Jussara, que foi eleita para cargo de dirigente sindical na condição de suplente.
- e) Marinalva, que ocupava cargo de direção sindical, cujo mandato se encerrou há 10 meses.

79. Considerando a legislação e a jurisprudência aplicáveis à terceirização de serviços, marque a alternativa CORRETA.

- a) Considera-se lícita a transferência feita da execução de quaisquer das atividades da empresa contratante, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.
- b) A empresa prestadora de serviços contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus trabalhadores, sendo vedada a subcontratação de outras empresas para realização desses serviços.
- c) A empresa prestadora de serviços contrata e remunera o trabalho realizado por seus trabalhadores, mas a direção da prestação dos serviços fica a cargo do ente tomador.
- d) É obrigatório o pagamento aos terceirizados de salário equivalente ao pago aos empregados próprios da contratante.
- e) É subsidiária a responsabilidade pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da empresa prestadora de serviços, havendo a responsabilização automática dos entes públicos e privados contratantes dos serviços.

Simulado PGE-PB 30/11/19

80. Tomando por base o regramento da CLT, é CORRETO afirmar que possui natureza salarial a seguinte importância:

- a) diárias para viagens que extrapolem 50% do salário percebido pelo empregado.
- b) participação nos lucros e resultados.
- c) adicional de insalubridade.
- d) ajuda de custo.
- e) prêmios pecuniários concedidos pelo empregador.

81. Tomando por base as atuais disposições celetistas quanto à extinção do contrato de trabalho, é CORRETO afirmar que:

- a) O pedido de demissão do contrato de trabalho firmado por empregado com mais de 1 ano de serviço só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério da Economia.
- b) É facultado a empregados e empregadores firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato dos empregados da categoria, desde que sua expedição se dê na vigência do contrato de trabalho.
- c) Plano de Demissão Voluntária previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho implica quitação exclusivamente das parcelas e valores constantes expressamente do acordo.
- d) Qualquer compensação no pagamento das verbas rescisórias não poderá exceder o equivalente a um ano de remuneração do empregado.
- e) O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado em dinheiro, depósito bancário e, caso o empregado não seja analfabeto, também mediante cheque visado.

82. No que diz respeito aos parâmetros constitucionais, legais e jurisprudenciais atinentes ao direito coletivo do trabalho, marque a alternativa CORRETA.

- a) Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, celebrado com uma ou mais empresas da correspondente categoria

econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou das acordantes respectivas relações de trabalho.

b) A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando dispuserem sobre teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente.

c) Em face de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados, cabe dissídio coletivo exclusivamente para apreciação de cláusulas de natureza econômica.

d) Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados com similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas.

e) O aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

83. Quanto aos institutos relacionados à jornada de trabalho, marque a alternativa CORRETA.

a) Considera-se de prontidão o empregado que permanecer em sua casa, aguardando o chamado para o serviço.

b) O uso de instrumentos telemáticos ou informatizados fornecidos pela empresa ao empregado é suficiente para caracterizar regime de sobreaviso.

c) é de seis horas a jornada máxima permitida para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, permitida redução ou acréscimo que seja decorrente de regular negociação coletiva.

d) No regime de trabalho intermitente, o empregador convocará o empregado para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, 1 dia de antecedência.

e) Caso o trabalhador intermitente aceite a oferta para comparecimento ao trabalho, o respectivo descumprimento, sem justo motivo, não autoriza a aplicação de sanções ao empregado.

Simulado PGE-PB 30/11/19

84. À luz da regulamentação celetista acerca do teletrabalho, marque a alternativa CORRETA:

- a) Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, se constituam como trabalho externo.
- b) O comparecimento às dependências do empregador para a realização de quaisquer atividades descaracteriza o regime de teletrabalho.
- c) Poderá ser realizada a alteração do regime presencial para o de teletrabalho por determinação do empregador.
- d) Em virtude do princípio da inalterabilidade contratual lesiva, não poderá ser realizada alteração entre os regimes presencial e de teletrabalho, ainda que haja mútuo acordo entre as partes.
- e) Não são abrangidos pelo regime celetista da duração do trabalho.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

85. Fernando dos Anjos, dirigente sindical, foi flagrado, pelas câmeras de segurança, se apropriando indevidamente de vários produtos do estoque de seu empregador. Considerando que a confiança estabelecida entre as partes foi quebrada, o empregador pretende romper o contrato de trabalho por justa causa. Diante de tal hipótese, assinale a alternativa correta:

- a) O empregador deve propor inquérito judicial para apuração de falta grave, sendo facultada a indicação até o máximo de 6 (seis) testemunhas para cada parte.
- b) O empregador deve propor inquérito judicial para apuração de falta grave, sendo facultada a indicação até o máximo de 3 (três) testemunhas para cada parte.
- c) O empregador deve propor inquérito judicial para apuração de falta grave, sendo facultada a indicação até o máximo de 2 (duas) testemunhas para cada parte.
- d) O empregador poderá operar a dispensa por justa causa sem necessidade de propositura de

ação específica, frente ao poder diretivo do empregador.

- e) O empregador deverá propor ação de consignação em pagamento para fins de ruptura contratual.

86. Suponha que Sr. Coruja tenha sido demitido por justa causa em 01 de junho de 2018, propôs a Reclamação Trabalhista em 23 de fevereiro de 2019. A audiência UNA foi designada para 23 de junho de 2019, porém o Reclamante se esqueceu e não compareceu à audiência, ocasionando o arquivamento da ação.

Novamente, Sr. Coruja ingressou com Reclamação Trabalhista em 22 de setembro de 2019 e a audiência UNA foi designada para 14 de dezembro de 2019. Contudo, o Reclamante viajou a passeio para o Rio de Janeiro e, mais uma vez não compareceu à audiência.

Analisando o caso acima exposto, assinale a correta:

- a) Sr. Coruja não poderá mais ingressar com Reclamação Trabalhista perante a Justiça do Trabalho, frente as mesmas partes e causa de pedir.
- b) O Sr. Coruja somente poderá ingressar com nova Reclamação Trabalhista, quando transcorrido o prazo de seis meses do último arquivamento, e desde que tenha arcado com as custas processuais decorrentes.
- c) Sr. Coruja poderá ingressar novamente, daqui há seis meses, com Reclamação Trabalhista perante a Justiça do Trabalho, a fim de reivindicar seus direitos trabalhistas, independente do pagamento de custas processuais.
- d) Sr. Coruja poderá ingressar imediatamente com nova Reclamação Trabalhista perante a Justiça do Trabalho a fim de que sejam assegurados seus direitos trabalhistas, e desde que justifique sua ausência das audiências anteriores.
- e) Não poderá o Sr. Coruja ingressar novamente com Reclamação Trabalhista por ter ocorrido a prescrição bial.

Simulado PGE-PB 30/11/19

87. Em sede do processo instaurado entre Sra. Coruja e a empresa “Cursos Jurídicos” Ltda., prolatou-se sentença pelo Juízo da 10ª Vara do Trabalho de São Paulo -SP, sendo julgado procedente o pedido de adicional de insalubridade e horas extraordinárias; já o pedido de adicional noturno foi julgado improcedente.

A reclamada interpôs Recurso Ordinário, contudo não houve interposição de qualquer recurso pelo reclamante. Notificado a apresentar contrarrazões ao Recurso Ordinário interposto, a Reclamante poderá interpor

- a) recurso ordinário quanto ao pedido de adicional noturno, no prazo de 15 (quinze) dias corridos.
- b) recurso adesivo quanto ao pedido de adicional noturno, no prazo de 10 (dez) dias corridos.
- c) recurso adesivo quanto ao pedido de adicional noturno, no prazo de 8 (oito) dias corridos.
- d) recurso ordinário quanto ao pedido de adicional noturno, no prazo de 8 (oito) dias úteis.
- e) recurso adesivo quanto ao pedido de adicional noturno, no prazo de 8 (oito) dias úteis.

88. Nos termos dos preceitos trazidos pela Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) no processo do trabalho, assinale a assertiva INCORRETA:

- a) Os prazos passaram a ser contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- b) A reclamação trabalhista escrita deverá conter pedido certo e determinado, sob pena de extinção do processo com resolução de mérito.
- c) O preposto não precisa ser empregado da parte reclamada.
- d) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiário da justiça gratuita.
- e) Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença.

89. Dentre os pressupostos recursais extrínsecos encontra-se o preparo, o qual se refere ao pagamento de custas e depósito recursal pelo recorrente. Nesse sentido, exige-se depósito recursal como requisito de propositura de determinados recursos, exceto:

- a) Recurso Extraordinário.
- b) Embargos Infringentes no TST.
- c) Agravo de Instrumento.
- d) Recurso de Revista.
- e) Recurso Ordinário.

90. O Juízo da 10ª Vara do Trabalho de São Paulo recepcionou uma ação trabalhista, distribuída em dezembro de 2018, para homologação de acordo extrajudicial acerca do pagamento de horas extraordinárias e adicional noturno entre Maria dos Anjos e a empresa “Corujão” Ltda.

Acerca do tema envolvo, bem como sobre a competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) O magistrado deve processar a ação trabalhista, decidindo sobre a homologação do acordo extrajudicial no prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, vez que a matéria é de competência da Justiça do Trabalho.
- b) O magistrado deve extinguir o processo sem julgamento do mérito, porque a Justiça do Trabalho não tem competência para processar e julgar acordos extrajudiciais.
- c) O magistrado deve processar a ação trabalhista, designando audiência de conciliação, obrigatória para a hipótese de acordos extrajudiciais.
- d) O magistrado deve remeter o processo o Juízo Cível, vez que somente aquele juízo tem competência para homologação de acordos extrajudiciais.
- e) O magistrado deve processar a ação trabalhista, decidindo sobre a homologação do acordo extrajudicial, hipótese em que haverá interrupção do prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.

Simulado PGE-PB 30/11/19

91. A empresa “Coruja Fitness” foi notificada da ação trabalhista distribuída perante a 10ª Vara do Trabalho de Campinas/SP, local de residência do reclamante.

Diante de tal fato, a empresa informa ao seu advogado que a prestação de serviço sempre ocorreu em Salvador, onde o reclamante residia inicialmente, mas que teria se mudado logo após a dispensa.

Diante desse quadro, o advogado da empresa deve apresentar

- a) Contestação e em sede de preliminares apontar a incompetência territorial.
- b) Contestação com pedido contraposto para mudança de localidade do trâmite da demanda.
- c) exceção de incompetência territorial, no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação, antes da audiência e em peça processual específica.
- d) exceção de incompetência territorial, em peça processual específica, em audiência.
- e) exceção de incompetência territorial, como preliminar da contestação, em audiência.

92. Ferdinando prestava serviços como empregado terceirizado da empresa Transparência Ltda. ME, nas dependências da tomadora de serviços Luz e Sol Bebidas Ltda. Quando de sua dispensa, Ferdinando ingressou com reclamação trabalhista em face de ambas as empresas, sendo a segunda na qualidade de responsável subsidiária por eventuais débitos trabalhistas. As empresas contestaram o feito, sendo que Luz e Sol alegou e comprovou estar em recuperação judicial. Proferida a sentença que condenou a Transparência no pagamento de diferenças de horas extras e reflexos nas demais verbas salariais e rescisórias e a Luz e Sol de forma subsidiária, pretendem as reclamadas interpor recurso ordinário. Nesse caso, no que tange ao depósito recursal,

- a) Luz e Sol deverá efetuar o depósito recursal pela metade; já Transparência é isenta.
- b) ambas devem comprovar cada qual o depósito recursal em sua integralidade.
- c) ambas devem efetuar o depósito recursal pela metade.

d) Transparência deverá efetuar o depósito recursal pela metade; já Luz e Sol é isenta, não precisando efetuar-lo.

e) Transparência deverá efetuar o depósito recursal integralmente; já Luz e Sol deverá arcar apenas com metade.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

93. A Emenda Constitucional n. 103, promulgada em 12 de novembro de 2019, alterou diversas normas relativas aos regimes próprios de previdência social. A partir do dia seguinte ao de sua promulgação, é correto afirmar que os servidores do Estado da Paraíba poderão se aposentar:

a) Aos 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) de contribuição, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) de contribuição, se mulher.

b) Aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

c) Aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, observado o requisito cumulativo de 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, para ambos os sexos.

d) Aos 40 (quarenta) anos de contribuição para ambos os sexos, independentemente de idade mínima.

e) Compulsoriamente aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, ou aos 70 (setenta), na forma de lei complementar.

Simulado PGE-PB 30/11/19

94. Após a edição da Emenda Constitucional n. 103/19, os regimes próprios de previdência social:

- a) não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal;
- b) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria e pensão por morte;
- c) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte e salário-maternidade;
- d) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte, salário-maternidade e benefícios por incapacidade temporária;
- e) deverão ser extintos.

95. Assinale a alternativa que não se aplica aos regimes próprios de previdência social:

- a) O equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social deverá ser comprovado por meio de garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios.
- b) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.
- c) Por meio de lei, o Estado, Distrito Federal ou Município poderá instituir contribuição extraordinária, pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos, para custeio do respectivo regime próprio de previdência dos servidores.
- d) A instituição do regime de previdência complementar na forma dos §§ 14 a 16 do art. 40 da Constituição Federal e a adequação do órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência

social ao § 20 do art. 40 da Constituição Federal deverão ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) anos da data de entrada em vigor da Emenda Constitucional n. 103/19.

e) Os recursos de regime próprio de previdência social não poderão ser aplicados na concessão de empréstimos.

96. A respeito do Conselho Fiscal da Paraíba Previdência, entidade gestora do regime próprio dos servidores do Estado da Paraíba, assinale a alternativa correta:

- a) o Conselho Fiscal compor-se-á de 05 (cinco) Conselheiros e de igual número de suplentes;
- b) o mandato de Conselheiros será de 04 (quatro) anos, admitida uma recondução;
- c) os Conselheiros serão indicados pelo Governador e nomeados pelo Presidente da Paraíba Previdência;
- d) os Conselheiros terão formação superior de reconhecida capacidade e experiência em seguridade, administração ou contabilidade;
- e) o Conselho será integralmente composto por representantes do Governo e dos servidores civis.

97. Compete à presidência da PBPREV, exceto:

- a) conhecer, instruir, deferir e expedir atos de aposentadorias e de pensões;
- b) regulamentar, através de atos, procedimentos administrativos do Sistema Previdenciário;
- c) representar a PBPREV em juízo ou fora dele;
- d) elaborar e submeter à apreciação do Conselho Fiscal o Regulamento da PBPREV, cabendo ao Secretário de Estado de Administração sua aprovação;
- e) gerir os recursos financeiros destinados à PBPREV, submetendo aos Conselhos de Administração e Fiscal os balancetes mensais, o Balanço Anual e os Planos de Aplicação dos Recursos.

Simulado PGE-PB 30/11/19

98. Assinale a alternativa que não compete à PBPREV:

- a) realizar estudos de garantia de cobertura dos benefícios destinados aos servidores públicos efetivos civis e militares, e seus dependentes, na forma disposta em lei;
- b) pagar benefícios aos segurados e a seus dependentes, quando preenchidos os requisitos legais;
- c) garantir aos segurados, através de seus representantes no Conselho Fiscal, pleno acesso às informações relativas à gestão do sistema previdenciário;
- d) identificar e consolidar, em demonstrativos financeiros e orçamentários, as receitas e as despesas previdenciárias com servidores ativos, civis e militares, inativos e pensionistas;
- e) adequar permanentemente as normas gerais de previdência às disposições constitucionais e normativas pertinentes.

99. No que tange aos regimes próprios de previdência social, o princípio da solidariedade justifica:

- a) o pagamento de benefícios ao filho inválido do segurado falecido.
- b) o pagamento de aposentadoria por invalidez ao segurado incapacitado.
- c) a contribuição dos inativos.
- d) o pagamento de auxílio-reclusão ao segurado recolhido.
- e) a possibilidade de concessão de aposentadoria com redução de idade aos professores.

100. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, incide contribuição previdenciária sobre a seguinte parcela da remuneração do servidor:

- a) terço de férias.
- b) pagamento retroativo de subsídios.
- c) serviços extraordinários.
- d) adicional noturno.
- e) adicional de insalubridade.

Confira nosso curso:

Promoção: Curso para PGE-PB
CARREIRA JURÍDICA